

“Piá não sofre, sofre”¹

Maria Aparecida Ribeiro

Muitas vezes, a realidade supera a ficção nos detalhes sórdidos. A violência doméstica não escolhe cor, idade ou classe social. Grande parte das vítimas são crianças e adolescentes expostas a todo tipo de maus-tratos. A escola tem recebido esse crescente grupo de torturados, muitas vezes, sem se dar conta. Por vezes, o mapa das agressões vem desenhado nos pequenos corpos das vítimas, é só ter olhos para ver: são arranhões, hematomas, um braço torcido, uma costela quebrada, geralmente, justificados (todos, indistintamente) por “quedas” – para uma espetada com garfo, para uma queimadura com ponta de cigarro, para um soco no olho, a explicação é a mesma: “eu caí”.

Em outros casos, as pistas são mais sutis: são crianças que, de um modo geral, não confiam nos adultos, temem qualquer contato físico ou, simplesmente, não querem voltar para casa. As bem pequenas, com idade inferior a cinco anos, “grudam” na professora, quando o pai ou mãe agressor/a vem buscá-las.

Andréa Federici, psicopedagoga, atuando nas redes pública e particular de ensino, do Município de Niterói, lembra ainda outros pequenos pedidos de socorro emitidos pela criança violentada: em grupo, manifesta uma atitude retraída, um quadro depressivo de alheamento e apatia; ou é extremamente agressiva com os colegas; seus desenhos *contam histórias* de violência e maus-tratos; sua letra é pequena ou grande demais, trêmula; muitas vezes, risca o papel com força e não consegue produzir nada (?). A alimentação pode igualmente manifestar um distúrbio, comendo com exagero ou perdendo totalmente o apetite.

Assim como no caso dos sintomas, as formas de violência também são diferenciadas. E a questão passa pelo social, pelo econômico, pelo cultural. A psicopedagoga sinaliza para o fato de que, nas classes economicamente favorecidas, o *abandono* é uma das formas mais comuns de violência. Andréia lembra o caso da menina de cinco anos que sofria quando se aproximava o término das aulas, porque sabia que sua mãe seria a última a chegar. Às vezes, horas depois que todos da escola já tinham ido embora e, no pátio deserto e já escuro, apenas o zelador lhe fazia companhia. Essa criança voltou a urinar nas calças e sua expressão denunciava o sofrimento diário, todas as vezes em que a professora pedia à turma que arrumasse o material para a saída. Os pais, proeminentes em suas carreiras, eram tão violentos com a

¹ Conto de Mário de Andrade, escolhido por uma comissão de notáveis, dentre os quais Manuel Bandeira, Monteiro Lobato e José Lins do Rêgo, como o melhor conto brasileiro. (*Revista Acadêmica*, 1938). O tema desenvolvido por Mário: A violência contra a criança.

filha quanto aquele operário que, depois de um dia duro de trabalho, surrava seu filho sem maiores explicações.

Nem todas as crianças, porém, tem a “sorte” de ter como aliado um profissional que se ocupe de suas mazelas. A advogada e ex-diretora de escola pública municipal na zona oeste do Rio de Janeiro, *Angela Uzeda* encontra um motivo para a omissão da escola, em muitos dos casos de violência: o medo. O pai agressor é, também, na maioria das vezes, um marido violento, um vizinho violento, podendo ou não ter envolvimento com o crime, é sempre uma ameaça à segurança de quem o denuncia.

Outro agente dificultador da ação da escola é o quadro de miséria que, muitas vezes, minimiza o grau de violência sofrido pela criança. Abandono, omissão, negligência – *Ângela* cita uma criança de sua escola que baixou hospital, apresentando um quadro de inanição extrema – confundem-se com a necessidade, cada vez maior, de os pais estarem na rua ganhando o pão de cada dia. A ignorância e impotência de certos pais pode, também, gerar medidas desesperadas – e violentas. *Magnólia R. S. Régis*, pesquisadora da área de Direito e Educação, cita o caso da empregada doméstica que justificava o fato de amarrar seu filho na cama, enquanto saía para trabalhar, pelo medo de que ele se envolvesse com o tráfico. Aliás, o castigo físico como forma de educar é uma das desculpas preferidas pelos pais agressores. “É melhor apanhar do pai do que da polícia” já é quase um provérbio. E parece que certos pais apressam-se em acompanhar os requintes de crueldade com que uma parte da polícia tem lidado com a questão da “disciplina”.

Os mecanismos legais de que dispõem as escolas incluem um Conselho Tutelar que, por atender a uma vasta região, é claro, gera uma burocracia que, muitas vezes, aumenta em muito o tempo em que a criança fica exposta à situação de maus-tratos. A orientação, porém, é de que, uma vez constatada a violência, o Conselho seja acionado, antes mesmo de se explicitar o caso aos pais, para que, alertado, o agressor não “mascare” a situação. O que não ocorre comumente, já que, por uma questão humana, os educadores sensibilizados pelo sofrimento das pequenas vítimas querem resolver o quanto antes a situação. A criança de nove anos que apanha diariamente com uma vara, a de sete que assiste as relações sexuais de seus pais (por morarem todos num mesmo quarto ou não), a de dezesseis que nunca teve registro de nascimento, a de cinco que é incentivada a namorar (com todas as práticas atualmente aceitas para o namoro), a de nove infestada de piolho, sarna, “bicho-de-pé” não podem esperar. Enquanto se discute a quem competem as providências legais quanto à violência doméstica, piá sofre.

MARIA APARECIDA S. RIBEIRO, é pesquisadora da área de Literatura da PUC.RIO. Coordenadora Pedagógica do colégio Miraflores Niterói.